

PROCESSO N° : 2016/34510/000001
UNIDADE GESTORA : 34510 - Instituto de Terras do Estado do Tocantins
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 027/2016
 SGD N° 2016/09049/000608

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual do **Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS**, nos termos do inciso XII do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **88 a 89**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **84,75%**, que se justifica devido aos baixos valores cobrados e ao reduzido número de terras regularizadas no período, tornando o órgão dependente dos repasses de recursos ordinários para a manutenção de suas operações, conforme justificado à fl. **94**.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de execução com percentual médio de **15,51%**, justificado à fl. 80, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	1.390.456,00	753.388,05	54,18
Receitas de Capital	4.400.000,00	144.816,35	3,29
Deduções da Receita(-)	0,00	10,00	-
TOTAL	5.790.456,00	898.194,40	15,51



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0223	0,00	610.152,60	-
0225	2.400.000,00	38.708,61	1,61
0226	2.100.000,00	148.723,28	7,08
0234	1.040.456,00	0,00	0,00
0240	250.000,00	100.609,91	40,24
TOTAL	5.790.456,00	898.194,40	15,51

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **50,93%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	7.060.975,00	3.365.542,58	75,99
Despesa de Capital	4.500.000,00	522.908,10	11,62
TOTAL	11.560.975,00	5.888.450,68	50,93

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
000 – Recursos Ordinários	5.770.519,00	5.299.621,99	91,84
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	2.400.000,00	0,00	0,00
226 - Alienação de Bens	2.100.000,00	522.908,10	24,90
234- Termo de Adesão com Órgãos Federais	1.040.456,00	0,00	0,00
240 - Recursos Próprios	250.000,00	65.920,59	26,37
TOTAL	11.560.975,00	5.888.450,68	50,93

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem uma redução de **2,50%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 898.194,40**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 5.461.622,56**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 557.481,54** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 5.022.889,80**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 5.888.450,68**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 478,61**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 245.979,71**, restando saldo de **R\$ 5.805.279,30** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **96 a 98**.



3.6 O Balanço Patrimonial, à fl. **104**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **12,68%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 10.942.027,58**, composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante ou Dívida Fundada.

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 362.875,09**, deste montante, **R\$ 51.042,39** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 311.832,70** restos a pagar não processados.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, com saldo de **R\$ 28.069,44**, justificado à fl. **348**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores foi pago **R\$ 51.341,97**, restando um saldo de **R\$ 1.193,29**, justificado à fl. **348**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit financeiro** de **R\$ 5.549.058,46**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 5.941.196,28**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 392.137,82**, conforme fl. **106**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 10.942.027,58**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT.

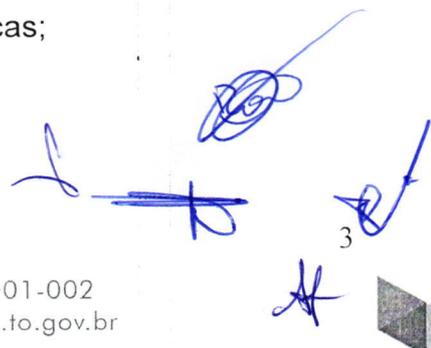
3.8 A conta contábil “Estoques” apresenta saldo no valor de **R\$ 17.547,27**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **189 a 193**.

3.9 A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” registra saldo no valor total de **R\$ 5.432.656,03**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 5.432.656,03**:

1 - **R\$ 4.166,07** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 5.428.489,96** nas contas bancárias específicas;



3

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 6.714.094,69**, correspondentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O saldo inicial da conta "Passivo Não Circulante" registra **dívida fundada** no valor de **R\$ 109.867,21**, referentes a Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo/INSS. Houve no exercício remanejamento para outra UG, não restando saldo para o ano seguinte.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia **Varição Patrimonial Aumentativa de R\$ 5.677.888,44** e **Varição Patrimonial Diminutiva de R\$ 6.205.318,44**, demonstrando resultado patrimonial negativo do período, no montante de **R\$ 527.430,00**, conforme demonstrado às fls. **100 e 101**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 782.389,50**, à fl. **115**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes ao **Instituto de Terras do Estado do Tocantins** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **3** (três) processos de adesão em ata de registro de preços, **1** (um) processo de contratação de empresa para reforma do prédio e construção da cobertura do pátio do ITERTINS, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 A Controladoria Geral do Estado, por meio da técnica de auditoria operacional auditou o **Instituto de Terras do Estado do Tocantins**, com o intuito de avaliar os procedimentos operacionais relativos à regularização fundiária, no exercício de 2014. A presente auditoria ocorreu durante o período de 18/03/2015 à 16/04/2015, cujo resultado foi devidamente encaminhado ao órgão auditado para adoção de ações corretivas.

4.3 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **17** (dezessete) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à execução de convênios, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.4 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano



Plurianual e nas ações orçamentárias, o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade no **Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS** no exercício em análise, conforme informado à fl. **342**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. **21 a 65**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para o **Instituto de Terras do Estado do Tocantins - ITERTINS**, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 2.538/2011 (PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições do órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. **39 e 40**, definidos nos Programas Temáticos: 1007 - **Regularização Fundiária**, 1017 - **Infraestrutura Pública**, 1034 - **Governo e Cidadão** e com suporte nas ações do Programa 1056 - **Gestão e Manutenção** do Instituto de Terras do Tocantins.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um baixo grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **43 a 46**.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de **1** (um) indicador, que evidencia um nível insatisfatório para o órgão, conforme relatório às fls. **41 e 42**.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar **4** (quatro) serviços à sociedade, sendo **1** (um) parcialmente de um total de **4** (quatro), demonstrando um regular grau de eficiência alcançado pela entidade, levando em conta que sua principal entrega (0308-Titulação de terras estaduais) ocorreu de forma parcial (**0,70%**), conforme relatórios às fls. **47 a 51**.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas **4** (quatro) ações orçamentárias, sendo **3** (três) de natureza atividade e **1** (uma) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira,



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

explicitando um regular grau de eficiência, apesar da não realização física de 1 (uma) e financeira de 1 (uma) delas, respectivamente, conforme relatórios às fls. 52 a 56.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total 6 (seis) ações de natureza atividade, demonstram que a avaliação feita com base nos índices de gestão orçamentário-financeira e de produtividade, explicita um regular grau de eficiência, tendo em vista que execução em média de 62,96%, conforme relatórios às fls. 57 a 63.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 336 a 338, um quantitativo de 104 servidores ativos, sendo que 06 servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Júlio César Machado, Celso Eraldo Ayres Arruda** e outros relacionados neste processo fl. 09, COM RESSALVAS aos itens 6.1.1.1 e 6.1.1.2 deste Relatório.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 15 dias do mês de março de 2016.


José Roberto A. Guimarães
Analista/Economista


Veralúcia Rodrigues Barros
Analista/Contador


Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental


Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.
Em 15/03/2016.


SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

